

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-03-19

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Clemente, M. (2018). Silêncios ensurdecadores: a investigação sobre o tráfico de seres humanos . *Comunicação e Sociedade*. 6, 10-32

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Clemente, M. (2018). Silêncios ensurdecadores: a investigação sobre o tráfico de seres humanos . *Comunicação e Sociedade*. 6, 10-32. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Silêncios ensurdecedores

A investigação sobre o tráfico de seres humanos

Mara Clemente*

Resumo:

Nas últimas décadas, o tráfico de seres humanos (TSH) recebeu uma crescente atenção política e mediática a nível internacional. Esta atenção tem sido acompanhada por um aumento progressivo das publicações, assim como por um esforço para produzir estimativas do problema. Este artigo é o resultado de uma revisão crítica da literatura e dos dados sobre o TSH em Portugal. Entre as características primárias da investigação está o silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas – especialmente das mulheres migrantes no mercado do sexo. Uma análise da investigação e dos dados sugere que esse silêncio se deve a um paradigma securitário na gestão do TSH e a uma resistência a ele por um segmento da sociedade civil. Uma identidade de “vítima” das pessoas traficadas contribuiu para a consciência e a mobilização política em torno do TSH. Atualmente, essa identidade das pessoas traficadas contribui para o seu silêncio e para lhes negar a agência. Esta revisão identifica a necessidade de avançar tanto no nosso conhecimento quanto na intervenção prática sobre o assunto através dum envolvimento mais forte de várias organizações, incluindo ONGs abolicionistas e não abolicionistas. Uma investigação independente com uma base empírica sólida é crucial.

Palavras-chave: tráfico de seres humanos; estado da arte; paradigma securitário; identidade de vítima; Portugal.

*mara.clemente@iscte-iul.pt
Istituto universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal

Silences deafening

Research into trafficking of human beings

Mara Clemente*

Abstract:

In recent decades, human trafficking (TSH) has received increasing international political and media attention. This attention has been accompanied by a progressive increase in publications as well as an effort to produce estimates of the problem. This article is the result of a critical review of the literature and data on TSH in Portugal. Among the primary characteristics of the investigation is the deafening silence of trafficked persons - especially migrant women in the sex industry. An analysis of the research and data suggests that this silence is due to a safety paradigm in the management of TSH and resistance to it by a segment of civil society. A "victim" identity of trafficked persons has contributed to the awareness and political mobilization around TSH. Today, this identity of trafficked persons contributes to their silence and to deny them the agency. This review identifies the need to advance both in our knowledge and in practical intervention on the subject through the stronger involvement of various organizations, including abolitionist and non-abolitionist NGOs. Independent research with a solid empirical basis is crucial.

Keywords: human trafficking; state of art; security paradigm; victim identity; Portugal.

*mara.clemente@iscte-iul.pt
Instituto universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e
Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal

Introdução

Desde o final da década de 1990, o tráfico de seres humanos (TSH) recebeu uma crescente atenção internacional. A mobilização de organizações nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, foi acompanhada por um aumento progressivo das publicações sobre o tema. Estas têm sido rapidamente objeto de um esforço de recolha e revisão crítica (ver Kelly, 2002; Laczko e Gozdzia, 2005; IOM, 2008). Refletindo as prioridades do Protocolo das Nações Unidas sobre o Tráfico de Pessoas (2000)¹, as revisões da literatura concentraram-se principalmente no tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Além da falta de experiência de investigação empírica e contacto com as pessoas traficadas, ao longo dos anos, as narrativas e os mitos, as contaminações ideológicas e políticas que atravessam os estudos sobre o TSH, com a preocupação de responder a uma agenda política particular, foram criticamente destacados (ver Dragiewicz, 2014; Goz dzia, 2008; Goz dzia et al., 2015; Weitzer, 2014; Zhang, 2009, 2012).

A necessidade de políticas baseadas em evidências e de uma alocação de recursos mais adequada também incentivou as organizações internacionais e os governos de diferentes países a fazerem esforços para coligir dados internacionalmente comparáveis. Contudo, ainda hoje, não raramente, estimativas internacionais e nacionais alarmantes de um número crescente de pessoas traficadas são produzidas e divulgadas para justificar a “cruzada moral” contra o tráfico (Weitzer, 2007 e 2014) e para controlar homens e mulheres migrantes, em contraste com as leis migratórias, laborais ou relativas à prostituição (Doezema, 2000; Lee, 2011; Piscitelli, 2013).

Com o chamado Protocolo de Palermo e os posteriores instrumentos europeus e comunitários de prevenção e luta contra o tráfico e de proteção e assistência a pessoas traficadas, inclusive em Portugal, temos assistido a uma progressiva adaptação das políticas e das legislações nacionais. O ano de 2007 assinala um momento chave na experiência portuguesa. O TSH é definido como um crime distinto do lenocínio, no artigo 160.º do Código Penal. Com a lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, foi considerada a exploração laboral e a remoção de órgãos, além da exploração sexual das mulheres, e caiu o requisito da transnacionalidade do crime. Por outro lado, ao longo dos anos, as estimativas do problema indicaram que Portugal não é apenas um país de destino e trânsito,

¹ De acordo com o Protocolo das Nações Unidas relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças (Protocolo de Palermo), “por ‘tráfico de pessoas’ entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos” (art. 3.ºa).

mas também de origem de cidadãos portugueses traficados dentro e fora das fronteiras nacionais (ver também Clemente, 2017a). Com o passar do tempo, foram levadas a cabo novas medidas de ajustamento do quadro jurídico. Mediante a adoção da Diretiva 2011/36/UE, através da Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto, a definição do crime de tráfico acabou por incluir novas formas de exploração, tais como mendicidade, escravatura e exploração de atividades criminosas².

A crescente atenção política em relação ao TSH tem sido acompanhada, inclusive em Portugal, por um aumento da literatura sobre o tema. Ela configura-se, acima de tudo, como expressão do esforço político-institucional diante do novo quadro político e legislativo, internacional e nacional, e dos compromissos derivados. A investigação e os dados começam a ser produzidos e/ou encomendados, a nível governamental ou por parte de instituições intergovernamentais, no seio de mais amplos programas de intervenção nesta matéria. Uma das medidas previstas no âmbito do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (PNCTSH) (2007-2010) levou à constituição, em 2008, de um Observatório sobre o TSH junto ao Ministério da Administração Interna, orientado para a recolha de dados sobre o assunto; a partir do ano seguinte, esta entidade publicará a cada ano um relatório sobre o TSH. As organizações da sociedade civil intervêm, em menor grau e apenas nos últimos tempos, na produção de estudos sobre o tema. O problema tem despertado paulatinamente o interesse científico da academia, mas, em geral, a investigação sobre o TSH parece manter um posicionamento subalterno relativamente a outras linhas de pesquisa consideradas prioritárias. Provavelmente também por esta razão, parece que falta uma reflexão crítica ampla e partilhada sobre o estado da arte da investigação e os dados sobre o tráfico no país.

Este artigo resulta de uma primeira revisão crítica da literatura e dos dados sobre o TSH em Portugal. O seu objetivo não é fornecer um resumo dos resultados de estudos anteriores. Ele pretende descrever as principais características da investigação sobre o TSH e discutir as prioridades para as investigações futuras. Os principais elementos que foram considerados na análise da literatura coligida são: os objetivos e as perguntas de investigação, os métodos e as fontes de dados utilizados, os atores que financiam e realizam a investigação sobre TSH. Foram considerados os dados sobre TSH produzidos por organizações governamentais e não governamentais portuguesas. Entrevistas formais e informais com investigadores e

²De acordo com a nova redação do artigo 160.º, considera-se TSH todo o ato de "oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas: (a) por meio de violência, rapto ou ameaça grave; (b) através de ardil ou manobra fraudulenta; (c) com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar; (d) aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou (e) mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima" (art. 160.º do Código Penal, alterado pela Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto).

representantes de organizações governamentais e não governamentais, e a participação em diferentes eventos sobre o tema permitiram uma etnografia mais ampla da investigação.

Uma das principais características da literatura e dos dados examinados é o silêncio ensurdecedor de homens e mulheres traficados. O meu argumento é que esse silêncio é principalmente devido a um paradigma securitário na gestão da mobilidade humana e do TSH. Embora as últimas décadas tenham sido caracterizadas pela “redescoberta da vítima” e pelo desenvolvimento de políticas de justiça criminal “orientadas para as vítimas” (Lee, 2011), o sistema de proteção de pessoas traficadas é baseado, também em Portugal, principalmente nos objetivos do controlo da migração irregular e de perseguição dos traficantes. Esses objetivos são questionados por algumas organizações da sociedade civil. Tais organizações preferem não sinalizar as vítimas às autoridades competentes e serem elas a falar em nome das “suas vítimas”. Além disso, também em Portugal, uma identificação unidimensional de pessoas traficadas como “vítimas” parece contribuir tanto para negar a sua agência quanto para estigmatizar os migrantes e trabalhadores, particularmente as mulheres migrantes no mercado do sexo, que não estão em conformidade com uma representação simplista de vítima impotente, passiva, escravizada³. Parece que essas pessoas não são consideradas dignas do (ou adequadas ao) estatuto de vítima, ou não merecem a ajuda da justiça criminal.

O caso português, no seu conjunto, é representativo da situação em diferentes países onde, apesar da crescente atenção ao problema, migrantes e profissionais do sexo traficados não têm voz na investigação e na recolha dos dados, correndo-se o risco de um “conhecimento sociológico insuficiente, com manifesto prejuízo para a constituição de opinião ponderada por parte dos cidadãos e mesmo para a definição de políticas adequadas” (Silva et al., 2013: 13).

Este artigo salienta a necessidade de um maior conhecimento sobre o problema, por meio de investigação independente, com uma base empírica sólida e um maior envolvimento das diversas organizações com experiência de intervenção com homens e mulheres no mercado do sexo, bem como das próprias pessoas traficadas.

A literatura e a investigação

O Seminário Internacional Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres, realizado no Porto, em dezembro de 1999, foi o primeiro encontro europeu em Portugal sobre este tema. O evento foi

³Como tive ocasião de destacar em outras ocasiões, prefiro a expressão “pessoa traficada” ao termo “vítima”, de forte carga emocional, o qual, ao colocar a ênfase na vulnerabilidade e no trauma, parece não reconhecer a agência dos sujeitos a que se refere.

promovido pela atual Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), um organismo de administração direta do Estado, integrado na Presidência do Conselho de Ministros, tradicionalmente encarregado de promover a cidadania e a igualdade de género. Esta entidade, expressão do feminismo de Estado no país (Monteiro, 2013), coordena e monitoriza as atividades de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos em Portugal. O seminário foi cofinanciado pela Comissão Europeia através de um dos primeiros programas – o programa STOP –, que se concentrou em atividades de intercâmbio, estudo e formação de atores institucionais e sociais envolvidos com o TSH. O seminário foi concebido como uma espécie de chamada às armas de vários atores (em particular as entidades estatais e as autoridades policiais e judiciais) e expressava a preocupação de uma sincronização das políticas portuguesas com as europeias neste setor. As atas deste seminário (AA.VV., 2000) produziram uma das primeiras publicações sobre TSH em Portugal, que foi utilizada neste estudo.

Esta revisão examina a literatura produzida sobre TSH em Portugal entre 2000 e 2015⁴. Ela inclui livros e artigos de revistas sobre o tráfico. Pela sua importância, foi incluída a literatura cinzenta (grey literature) mais abrangente, particularmente pesquisas, estatísticas, relatórios de projetos e atas de conferências. As teses de mestrado e as dissertações de doutoramento também foram incluídas. No total, 65 publicações – 53 em português e 12 em inglês – foram coligidas e analisadas.

Depois de identificar as bases de dados disponíveis e de analisar as possibilidades fornecidas por elas, a pesquisa foi realizada usando os seguintes recursos: a Porbase – Base Nacional de Dados Bibliográficos portuguesa, o RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, a Biblioteca do Conhecimento Online (B-ON), o CID – Centro de Informação e Documentação da CIG, o Google Scholar e a Web of Science. Além da literatura coligida através de vários bancos de dados, houve também uma recolha em cascata, na qual cada referência bibliográfica consultada levou a outras. Um elemento comum da procura e recolha em catálogos, que nem sempre concedem acesso aberto aos seus recursos, foi o uso do termo “tráfico” nas suas variantes portuguesa e inglesa e em combinação com outros elementos específicos, incluindo: “humano”, “mulheres”, “criança/menores”, “sexo/sexual” e “trabalho”.

A recolha e análise da literatura teve que lidar com pelo menos dois aspetos a serem aí considerados. O primeiro refere-se à natureza complexa do TSH, que está entrelaçado com uma variedade de problemas sociais – entre os quais: a migração, a prostituição, o trabalho, o crime

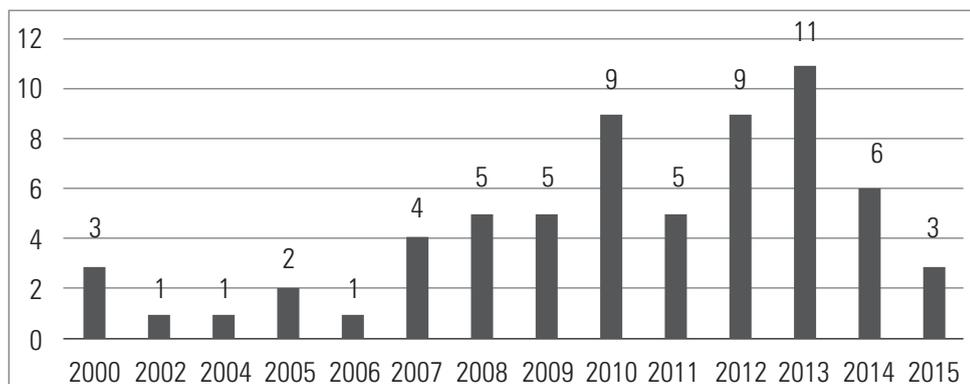
⁴A recolha da literatura analisada foi encerrada em 31 de outubro de 2015.

organizado, a desigualdade de género, etc. Decidi considerar apenas os estudos que abordam diretamente o TSH em Portugal, entendido como país de origem, trânsito ou destino de pessoas traficadas, com foco especial na produção no âmbito das ciências sociais. Esta escolha é provavelmente a principal razão das diferenças entre o presente trabalho e uma análise comparativa de estudos sobre o TSH realizada há alguns anos em seis países, incluindo Portugal, onde se referia um número total de publicações maior e uma diferente distribuição anual das publicações (AA.VV., 2007). Em particular, o estudo referido relatava a presença de 11 publicações no período entre 2000 e 2005 em comparação com as sete que foram coligidas e analisadas para esse artigo. Esta revisão da literatura também teve que considerar um segundo aspeto: a natureza fragmentada das várias bases de dados e a sua atualização frequentemente atrasada. As limitações da recolha bibliográfica, portanto, incluem uma possível não inclusão das publicações mais recentes sobre o assunto.

A análise da literatura coligida revelou elementos de continuidade e descontinuidade com a literatura internacional sobre o assunto.

Embora as primeiras publicações remontem a 2000, apenas a partir de 2007, com um ligeiro atraso em comparação com o panorama internacional mais amplo, há evidências do que pode ser chamado, embora com cautela, um crescente interesse pelo tema em Portugal (figura 1). Este aumento da literatura atingiu o pico entre 2010 e 2013. A queda relativa nas publicações nos últimos dois anos pode provavelmente ser atribuída à falta de atualização imediata dos catálogos bibliográficos e não a uma redução real na produção.

Figura 1. Aumento da literatura sobre TSH - N = 65 títulos



Em particular, desde 2000 e por aproximadamente dez anos, a maioria da literatura incluiu relatórios de pesquisa e projetos realizados e/ou encomendados por instituições governamentais, através de vários programas europeus, com o objetivo de promover uma convergência – que só em 2007 começou a operar formalmente – com as leis e políticas internacionais e europeias sobre o TSH.

Durante muito tempo, o interesse da comunidade acadêmica foi incentivado e financiado por esses projetos. Os objetivos, muitas vezes ambiciosos, dos primeiros estudos foram estabelecidos principalmente pelas entidades que os comissionavam. Embora esses estudos sejam frequentemente seguidos por novas publicações, como capítulos de livros e artigos de revistas que foram assinadas pelos membros dos grupos de pesquisa, a investigação acadêmica sobre o TSH parece ter permanecido numa posição subordinada ao estudo de outros problemas considerados uma prioridade no país. Nos anos imediatamente anteriores a 2010, o TSH entrou plenamente no debate político e mediático português, estimulando a produção das primeiras teses de mestrado e dissertações de doutoramento sobre esse tema (aproximadamente 14% da produção). Em certos casos, o interesse dos autores parece ser atribuível à sua experiência de trabalho nas instituições políticas e/ou policiais do Estado.

Ao contrário da situação que caracteriza o panorama internacional mais amplo, mesmo as organizações da sociedade civil, em Portugal, prestaram atenção limitada e atrasada ao tráfico e fizeram poucos esforços para realizar pesquisas sobre o tema. Por outro lado, quando o TSH se tornou uma componente da agenda política portuguesa, nenhuma organização tinha experiência do problema. Os instrumentos legislativos, financeiros e programáticos criados pela União Europeia para lançar as políticas de luta contra o TSH começaram a ser utilizados apesar dos números relativamente pequenos e/ou da capacidade limitada de interceptar o tráfico (ver, por exemplo, Bordonaro e Alvim, 2011; Manita e Oliveira, 2002). O TSH não foi imediatamente identificado entre as prioridades da sociedade civil organizada, historicamente caracterizada por uma “fraqueza institucional” e uma “dependência tradicional do Estado” (Santos, 1991). Assim, apenas após a construção do atual sistema de luta contra o crime e de assistência às pessoas traficadas há um maior envolvimento de algumas organizações que expandem as suas atividades para incluir o tráfico (ver também GRETA, 2013). Portanto, não é surpreendente que menos de 8% das publicações coligidas possam ser atribuídas a essas organizações; e que só nos últimos anos, e mais uma vez estimuladas pelas políticas europeias e por vários programas de financiamento, essas organizações se tenham envolvido no estudo do TSH.

A forma como o tráfico se afirmou como um problema em Portugal também explica os principais objetivos de estudo da literatura analisada. Esses objetivos eram, nos primeiros estudos

exploratórios (ver, por exemplo, Peixoto et al., 2005; Santos et al., 2007) e, depois, por um longo período, a identificação dos perfis pessoais e sociais das pessoas traficadas, das suas experiências de tráfico, e dos métodos de recrutamento, transporte e exploração foram as questões de pesquisa mais urgentes e predeterminadas pelas entidades que comissionavam os estudos. Alguns destes focaram também a atenção na cobertura do TSH pelos média. Mais recentemente, a condenação dos crimes de tráfico parece ter-se tornado um objetivo de investigação, bem como uma preocupação política (ver Matos e Maia, 2015).

É conhecido que, durante muito tempo, o TSH foi associado ao tráfico para fins de exploração sexual e, em muitos casos, os termos tráfico de pessoas e tráfico sexual foram, e provavelmente ainda são, utilizados de forma intercambiável (Zhang, 2009). Em consonância com a agenda política e a literatura internacional, as publicações analisadas concentram-se principalmente no tráfico para exploração sexual. Conforme mostrado na tabela 1, o tráfico para exploração sexual foi a única forma de exploração estudada em quase metade das publicações sobre o tema (46,2%). No momento da escrita deste artigo, novas pesquisas dedicadas à exploração nos diferentes setores do trabalho obtêm financiamento; no entanto, durante aproximadamente 15 anos, a exploração em áreas diferentes da sexual foi estudada apenas em casos excepcionais. Os estudos do tráfico para a mais ampla exploração do

	Frequência	(%)
Língua de publicação		
Português	53	81,5
Inglês	12	18,5
Tipo de publicação		
Relatórios de projetos e pesquisas	16	24,6
Relatórios governamentais	7	10,8
Atas de conferências	4	6,1
Livros	2	3
Capítulos de livros	12	18,5
Artigos	15	23,1
Teses de mestrado e dissertações de doutoramento	9	13,9
Tipo de tráfico		
Exploração sexual	30	46,2
Exploração sexual e laboral	6	9,3
Remoção de órgão	1	1,5
Mendicidade	1	1,5
Todos os tipos / sem distinção	27	41,5
População traficada		
Mulheres	27	41,6
Mulheres e homens	4	6,1
Mulheres e menores de idade	1	1,55
Mulheres, homens e menores de idade	2	3,1
Transexuais	1	1,55
Menores de idade	4	6,1
Todos os tipos / sem distinção	26	40
Tipo de investigação e dados		
Investigação empírica	31	47,7
Dados originais	16	
Dados não originais	15	
Investigação não empírica	34	52,3
Total	65	100

trabalho são frequentemente acompanhados de estudos do tráfico com fins de exploração sexual; combinadas, as duas formas de exploração são objeto de 9,3% das publicações. Nos últimos anos, a remoção de órgãos e a mendicidade tornaram-se objeto de interesse da investigação, além de preocupação legislativa.

Como é previsível, a atenção à exploração sexual está associada ao foco nas mulheres traficadas. Mais de 40% das publicações são dedicadas a essa população (tabela 1). A percentagem de estudos dedicados à população feminina aumenta se também se consideram os que incluem outras populações – homens ou menores de idade –, chegando a 52,35% da produção. Tal como a mais ampla exploração do trabalho, a exploração da população masculina traficada também raramente é o principal foco de atenção. A presença masculina está sempre associada a outras populações traficadas – femininas e/ou menores de idade, para um total de 9,2% das publicações. As publicações dedicadas especificamente aos menores de idade representam 6,1%; no entanto, a percentagem aumenta ao considerar as publicações que também incluem a população adulta, atingindo 10,75% do total. A população transexual é substancialmente excluída, mesmo das estimativas produzidas anualmente a nível governamental.

A análise da literatura coligida indica claramente uma característica importante que, com uma certa diferença, pode ser observada a nível internacional: o aumento recente e relativo do número de publicações sobre o TSH em Portugal não significa que haja um aumento da investigação empírica sobre o tema e não deve, por isso, ser confundido com mais e melhor investigação. Embora as primeiras publicações sobre o tema remontem a 2000, um pouco mais tarde do que no panorama internacional mais amplo, a primeira pesquisa empírica que identificou o TSH como seu principal objeto de estudo é de 2005 (Peixoto et al.). Mais tarde, novos estudos foram publicados; no entanto, como mostrado na tabela 1, menos de 50% das publicações coligidas, totalizando 31 trabalhos, basearam-se em pesquisas empíricas sobre o TSH. Além disso, essas publicações nem sempre representam estudos originais: aproximadamente metade delas, para um total de 15 publicações, são traduções ou republicações parciais de publicações anteriores. No total, são menos de 25% as publicações coligidas que referem investigação empírica original, o que, 15 anos após o Protocolo de Palermo, parece um panorama bastante medíocre.

Outro fator que limita o conhecimento do problema é que, mesmo quando os estudos continham dados empíricos, os protagonistas do problema, começando pelas pessoas traficadas e pelos traficantes, raramente são a principal fonte de informação. A pesquisa sobre o TSH em Portugal apresenta uma forte dependência de órgãos de polícia criminal (OPC), representantes de instituições governamentais e ONGs, que nem sempre têm experiência direta com pessoas traficadas. Em particular, apenas cinco dos 65 estudos recenseados são baseados em entrevistas com pessoas traficadas.

A ausência das vozes das pessoas traficadas e a transmissão do conhecimento principalmente através de entidades policiais, representantes governamentais e organizações não governamentais refletem, pelo menos parcialmente, uma tendência que pode ser observada a nível internacional. Além disso, no caso de Portugal, quando estes estudos envolvem a recolha de dados entre pessoas traficadas, ao contrário do que acontece a nível internacional, essa recolha não se refere necessariamente a pessoas traficadas assistidas e/ou abrigadas. A pesquisa escassa que envolve diretamente as pessoas traficadas baseia-se no contacto na rua e/ou nos locais onde essa população é explorada (ver Santos Neves e Pedra, 2012; Santos, 2014). Em casos excepcionais, os encontros com pessoas traficadas são tornados possíveis pelas forças de polícia (ver Neves, 2011). Quando, novamente em casos excepcionais, os encontros são organizadas através de ONGs, o contacto entre o pesquisador e o sujeito de estudo não pode ser assumido (ver Santos Neves e Pedra, 2012) ou só pode ocorrer na presença de representantes das organizações (ver Couto, 2012). O silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas é forte tanto dentro como fora do sistema de acolhimento e proteção das pessoas traficadas construído em Portugal nos últimos anos.

Por quê é tão raro o contacto direto entre a pesquisa e as pessoas traficadas? A natureza criminal e o tamanho relativamente reduzido do problema em Portugal são suficientes para explicar o silêncio das pessoas traficadas? Em Portugal, por quê a pesquisa permanece quase exclusivamente fora dos abrigos e enfrenta constantemente uma reação “relutante” por parte dos sobreviventes de TSH? Para uma melhor compreensão, pode ser útil começar por uma revisão dos dados sobre TSH em Portugal.

O lado oculto dos números

Conforme mencionei acima, em Portugal, o debate e a investigação centraram-se principalmente no tráfico com fins de exploração sexual e as suas vítimas foram principalmente procuradas dentro do mercado do sexo. No entanto, os resultados de investigações sobre a prostituição feminina dos primeiros anos deste século sugerem uma presença relativamente baixa em comparação com as estimativas alarmantes dos média nacionais de então (ver, por exemplo, Manita e Oliveira, 2002; Riberio et al., 2005, 2007). Por sua vez, as estatísticas produzidas anualmente a nível governamental também sugerem um número relativamente baixo de pessoas traficadas.

De acordo com o Observatório do Tráfico de Seres Humanos do Ministério da Administração Interna (OTSH/MAI) português, durante o período de 2008-2014, foram sinalizadas 1110 potenciais vítimas⁵, das quais apenas um pouco mais de 25% foram policialmente confirmadas

como tais. Trata-se de 282 “vítimas confirmadas”⁶, principalmente de origem estrangeira, que contribuem para configurar Portugal em primeiro lugar, como país de destino de TSH. Das 974 “vítimas sinalizadas”, cujas origens são conhecidas e não protegidas por segredo estatístico, 71% são de origem europeia (principalmente romena); 22% provêm da América do Sul (em particular do Brasil) e 7% de África. Portugal também é um país de origem, havendo um número constante de nacionais portugueses traficados (aproximadamente 25% durante o período em referência). Destes portugueses, uma parte (aproximadamente 41%) foram explorados em território português, mas a maioria (aproximadamente 59%) foram explorados noutros Estados, particularmente em Espanha (ver também Clemente, 2017a).

Os dados discriminados por diferentes formas de exploração indicam que a maioria (aproximadamente 43%) das pessoas foram sinalizadas como traficadas para exploração do trabalho⁷, aproximadamente 39% para exploração sexual e aproximadamente 8% para todas as outras formas. Quando consideramos o total de 282 “vítimas confirmadas” durante o mesmo período, a distância entre as duas principais formas de exploração aumenta e a exploração sexual diminui para 21%, enquanto a exploração do trabalho aumenta para quase 75%. Estes números indicam uma tendência contrária à que ocorre noutros países europeus: de acordo com o Eurostat (2013, 2015), entre 2008 e 2012, a maioria das “vítimas identificadas e presumidas” foram traficadas para exploração sexual (entre 62% e 69%), e o tráfico para exploração do trabalho vem em segundo lugar (aproximadamente 25%, caindo para 19% entre 2010 e 2012).

A clara predominância da exploração do trabalho em Portugal relaciona-se com a prevalência de “vítimas confirmadas” de sexo masculino (aproximadamente 64%) em comparação com as “vítimas confirmadas” de sexo feminino (aproximadamente 36%). Mais uma vez, estes números indicam uma tendência contrária ao que ocorre na Europa, onde a grande maioria de todas as “vítimas” (80%) são do sexo feminino e apenas 20% são do sexo masculino (Eurostat, 2013 e 2015).

Para uma melhor compreensão destas estatísticas, é bom lembrar que o sistema de sinalização

⁶Dados fornecidos à autora pelo OTSH/MAI e processados por ela. Os dados para o período entre 2008 e 2013 foram atualizados em setembro de 2014. Os dados para o ano 2014 foram atualizados em abril de 2015.

⁷A diferente designação está relacionada com o modo de funcionamento do sistema de monitorização sobre o TSH do OTSH/MAI e com as diferentes fases de recolha e disseminação da informação. A primeira fase é a da sinalização de potenciais vítimas de tráfico pelos órgãos de polícia criminal (OPC), como a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Polícia Judiciária, bem como por ONGs e outras entidades públicas e privadas. Os casos sinalizados são analisados por uma equipa de OPC-focal points, que valida as ocorrências de tráfico sinalizadas, distinguindo entre confirmados, em confirmação e não confirmados. Portanto, a designação de “vítima sinalizada” é atribuída a uma pessoa sobre a qual existem fortes indícios de se configurar uma situação de tráfico de pessoa. A de “vítima confirmada” é uma designação atribuída a uma pessoa que foi policialmente confirmada como vítima. No caso em que o crime não é confirmado do ponto de vista da investigação criminal (por exemplo, por falta de provas ou porque a pessoa é vítima de crimes diferentes), a designação atribuída é a de “vítima não confirmada”.

⁸O número total de pessoas sinalizadas como traficadas e cuja forma de exploração não é coberta pelo segredo estatístico é 1064. A forma de exploração é desconhecida em 9% dos casos.

de pessoas traficadas é a primeira fase de um sistema mais amplo de “sinalização-identificação-integração” de pessoas traficadas. Após a sinalização, a identificação formal de uma pessoa como “vítima” cabe aos OPC competentes. A coisa mais importante é que os direitos das pessoas traficadas são oficialmente subordinados à colaboração destas pessoas com as investigações policiais⁸. Por exemplo, a autorização de residência para cidadãos não europeus está sujeita ao artigo 109.º da Lei de Estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho), que estabelece que aquela depende de três condições essenciais: a pessoa deve mostrar vontade clara em colaborar com as autoridades na investigação e repressão do tráfico de pessoas ou do auxílio à imigração ilegal; ela deve ter rompido as relações que tinha com os presumíveis autores das infrações; deve existir um interesse que a sua presença represente para as investigações e procedimentos judiciais.

Estes dois elementos – a identificação formal das pessoas traficadas pelas forças de polícia e a cooperação com estas e com as autoridades judiciais como condição para o acesso aos direitos previstos para a vítima de tráfico – têm sido uma razão pela qual algumas ONGs estão relutantes em relatar casos de tráfico com base no maior interesse das pessoas traficadas (ver também GRETA, 2013, Santos Neves e Pedra, 2012). A desconfiança em relação à polícia e ao sistema de justiça suscita a preocupação de que a participação das vítimas em investigações policiais possa expô-las aos traficantes. Além disso, na ausência de identificação formal, as pessoas traficadas saem do sistema, não recebem assistência formal ou informal e correm o risco de serem reencaminhadas para os seus países de origem. Nas palavras da diretora de uma ONG portuguesa que trabalha com pessoas que vendem sexo e que foi entrevistada para este estudo,

[...] depois muitas vezes o que é que acontece, nesse processo de colaboração com a polícia, há uma revitimização. A pessoa já passou por uma situação de sofrimento enquanto traficada, e depois passa por uma situação de sofrimento por ser vítima de tráfico. [...] O tempo para conseguir a autorização de residência é um processo muito complicado, muito moroso. Elas muitas vezes têm que se articular com o país de origem, tem que enviar o dinheiro para tentar conseguir um documento, depois o documento não está bem... [...]. As vítimas têm medo de retornar aos seus países de origem e não querem voltar. O problema torna-se o de contornar a lei, de encontrar um artigo de lei que possa ajudar essas pessoas.

Em geral, o silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas nos dados sobre TSH em Portugal parece estar relacionado, em primeiro lugar, com uma abordagem securitária e com uma resistência a essa abordagem por parte de algumas organizações da sociedade civil. Em muitos países, coloca-se o problema de conciliar a identificação e proteção das pessoas traficadas com os objetivos de justiça criminal de assegurar a condenação dos traficantes e de controlar a

⁸Quando justificado pela situação da pessoa traficada e particularmente em casos de alta vulnerabilidade, o Relator nacional pode pedir ao Ministério do Interior que conceda o estatuto de vítima e a assistência associada. No entanto, a entrevista com o Relator nacional confirma que este procedimento nunca foi implementado.

imigração. Como observado por Maggy Lee, o tratamento das pessoas traficadas deve frequentemente entrar em linha de conta com a “dupla identificação das pessoas traficadas como ‘vítimas’ e como migrantes irregulares, consideradas ‘em risco’ e suscetíveis de ‘oferecer risco’ para o Estado, para as ‘salvar’ através de intervenções de welfare-cum-criminal justice, mas cuja mobilidade suspeita deve ser contida dentro de um quadro de controlo de imigração” (Lee, 2011: 59). As preocupações com a migração irregular e os falsos requerentes têm incentivado muitos Estados, incluindo Portugal, a recusar-se a prestar assistência e proteção incondicionais às pessoas traficadas e a condicionar a proteção à sua cooperação como testemunhas nos processos criminais contra os seus traficantes. Consequentemente, não obstante a retórica dos direitos e da proteção das vítimas, as práticas reais de intervenção e assistência frequentemente permanecem longe das experiências, expectativas e capacidades das pessoas traficadas (Lee, 2011; GAATW, 2007) e podem expô-las a uma “vitimização secundária” no sistema de justiça criminal (Campbell, 1998).

Na realidade, em Portugal, as organizações da sociedade civil nem sempre expressam, nem desenvolveram, uma posição clara em relação a essa abordagem. As mesmas organizações que compõem a Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT)⁹, com a finalidade de prevenção, proteção e reintegração das pessoas traficadas, nem sempre têm uma experiência de contacto e intervenção direta com pessoas traficadas. Em alguns casos, as preocupações com os mecanismos de identificação e assistência às pessoas traficadas previstos derivam da experiência de outras organizações ou da literatura sobre o assunto.

Este paradigma securitário na gestão do TSH tem sido desafiado, em particular por algumas ONGs abolicionistas. Neste caso, a retórica do cuidado com os interesses das pessoas traficadas está associada à reivindicação de cuidar e falar em nome das “suas vítimas”, excluindo qualquer possibilidade de sinalização das pessoas traficadas às autoridades competentes ou de construir um caminho de investigação com o envolvimento delas. Nas palavras de uma ONG entrevistada.

O conhecimento transmitimo-lo nós e estamos aqui disponíveis. Estou aqui com você nesse momento, mas nós nunca disponibilizamos as mulheres e os seus testemunhos das mulheres, por uma questão de princípios também, de valores da instituição.

Os valores indicados pela representante da organização com que me encontrei são os valores do feminismo abolicionista, que define todo o trabalho sexual como uma forma de exploração e a

⁹A RAPVT, coordenada pela CIG, foi criada em 2013 e reúne entidades oficiais e organizações não governamentais.

prostituição como uma expressão do privilégio masculino patriarcal (ver, por exemplo, Barry, 1979; Pateman, 1988; Jeffreys, 1997, 2009). No entanto, a necessidade de distinguir o trabalho sexual da exploração sexual – muitas vezes vistos em oposição rígida – parece deixar as organizações que trabalham em defesa dos direitos do trabalhador sexual numa posição substancialmente marginal em relação ao sistema de combate ao TSH e ao debate associado.

Deve-se dizer que a CIG, a entidade que coordena as políticas sobre o TSH através dos planos de ação nacionais que foram elaborados ao longo dos anos, é uma instituição com uma conhecida posição abolicionista. Uma forte prudência institucional parece inspirar as relações desta instituição com organizações não abolicionistas. Apesar da sua presença no campo, este grupo permanece em grande parte fora dos numerosos protocolos de cooperação e memorandos de entendimento assinados com ONGs e outros órgãos para assinalar casos de tráfico, e fora do sistema mais amplo de assistência e integração de pessoas traficadas. Por outro lado, as organizações que trabalham em defesa dos direitos dos trabalhadores do sexo, principalmente envolvidas em intervenções de redução de risco, parecem estar principalmente preocupadas em afirmar que o ato de vender ou de comprar serviços sexuais como uma transação consensual não viola os direitos humanos e não deve ser confundido com o TSH. Muito provavelmente também por esta razão, a pergunta que tradicionalmente se segue aos meus contactos e pedidos de entrevistas com essas organizações é: “Você sabe, não é, que o tráfico e o trabalho sexual não são a mesma coisa?”

O resultado é que o sistema de sinalização e de monitorização do TSH recebe a grande maioria do seu *input* da polícia (ver também GRETA, 2013). Neste campo, a polícia também colabora com serviços estatais tais como a ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho, sob a administração direta do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que tem entre as suas funções o controlo do cumprimento das normas em matéria laboral, no âmbito das relações laborais privadas, intervindo através de inspeções.

Este conjunto de circunstâncias – o envolvimento limitado das diferentes organizações com experiência de intervenção com profissionais do sexo e a resistência de algumas dessas organizações a uma abordagem securitária – combinam-se concorrendo para a escassez de sinalizações de pessoas traficadas para exploração sexual e, em geral, para um número relativamente pequeno de sinalizações de pessoas traficadas.

O que ocorreria se houvesse uma maior participação de ONGs na sinalização de casos de TSH?

Uma investigação realizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) (Santos

Neves e Pedra, 2012) fornece alguns elementos de reflexão. Com a colaboração de uma rede informal de ONGs, os investigadores chegaram a uma estimativa que triplica o número de pessoas traficadas, chegando a 250-270 pessoas traficadas por ano, e sugeriram formas de exploração que são algo diferentes das formas descritas pelas estimativas governamentais. Em consonância com as estimativas europeias sobre TSH, estes dados mostraram uma prevalência de casos de exploração sexual (67%) em comparação com a exploração do trabalho (30%) e as mulheres traficadas (80%) são muito mais numerosas do que os homens (20%). O IEEI também evidenciou uma diferença considerável nas rotas e proveniências, com um fluxo significativo de pessoas traficadas da Nigéria e de países asiáticos.

A comparação dos dados do IEEI e do OTSH/MAI apresenta vários desafios. Eles não se referem aos mesmos períodos: as estimativas do IEEI cobrem o período de junho de 2010 a julho de 2012, enquanto que as estimativas da OTSH/MAI se referem a um período de três anos, entre 2009 e 2011. A diferença mais importante está relacionada com os critérios de recolha de dados do IEEI, pois as estimativas deste incluem, por exemplo, não só as vítimas que relataram os seus próprios casos, mas ainda cerca de 80 casos de outras vítimas com as quais elas alegadamente viajaram durante o transporte ou com quem viveram durante a exploração.

No entanto, de acordo com investigadores do IEEI, no momento do estudo, apenas seis organizações, das 30 em contacto com potenciais pessoas traficadas, sinalizavam pessoas traficadas ao OTSH/MAI. Uma escolha que, em certos casos, estava abertamente em oposição ao sistema de luta contra o crime e de assistência às pessoas traficadas criado no país. Em qualquer caso, parece que são sempre outras pessoas que falam em nome das pessoas traficadas e decidem o que é melhor para essas "vítimas". Estas últimas ficam fora da investigação, dos dados e das estratégias de prevenção do tráfico. Os modelos de assistência e reintegração das pessoas traficadas continuam a ser elaborados num "vácuo empírico" (Gozdziak, 2014).

O silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas

O processo complexo e controverso de reconhecimento de uma identidade de "vítima" às pessoas traficadas em Portugal pode aproximar-nos de uma compreensão do seu silêncio na investigação e nos dados e, portanto, na definição de políticas e práticas de intervenção nesta matéria.

Como sugerido por Jacoby (2014), enquanto que a *victimization* é um dano perpetrado contra uma pessoa/grupo, a *victimhood* é uma identidade socialmente construída com base nesse dano. A *victimhood* depende da "escolha" de usar a experiência do dano como base para a identidade, e

essa escolha é mediada pelas políticas e pelo contexto político subjacente. *Victimization* e *victimhood* partilham características comuns em todas as sociedades e, com base nessas características, Jacoby propõe uma sequência de cinco etapas que as pessoas experimentam, da vitimização ao reconhecimento de uma *victim-based identity*: (1) *structural conduciveness*; (2) *political consciousness*; (3) *ideological concurrence*; (4) *political mobilization*; e (5) *political recognition*.

Desde o fim da década de 1990 até ao início dos anos 2000, a consolidação de um regime democrático, a integração na União Europeia e um crescimento económico significativo combinaram-se para criar as condições estruturais para o reconhecimento da identidade de vítima de tráfico em Portugal. Durante esta primeira etapa de *structural conduciveness*, as políticas internacionais e europeias estimularam a “escolha” de iniciar um processo de reconhecimento da *trafficking victimhood*.

Em particular, esta escolha irá encontrar um canal de expressão apenas após 2003-2004, quando, através do financiamento europeu, a atual CIG da Presidência do Conselho de Ministros portuguesa mobilizou vários representantes institucionais e promoveu algumas atividades que desempenharam um papel decisivo no debate público e nas políticas sobre TSH em Portugal¹⁰. A identidade de vítima de tráfico foi moldada durante esta fase de *political consciousness*, duplicando o modelo político-institucional europeu e/ou a experiência de outros países (ver, por exemplo, Bordonaro e Alvim, 2011). O problema não se tornou objeto de interesse e pesquisa de instituições públicas, ONGs ou centros de investigação até 2004, e essa falta de interesse e pesquisa fez com que o problema continuasse a não ser bem conhecido¹¹. Nesta fase, as ONGs tiveram, em primeiro lugar, que aprender a identificar as pessoas traficadas e a gerir a complexidade do crime de tráfico. As organizações eram bastante cautelosas em sinalizar pessoas traficadas. Só lentamente e em função dos objetivos da agenda política do Estado, algumas delas, com experiência no campo da saúde sexual e reprodutiva ou da assistência a vítimas de crimes, alargam as suas atividades para incluir o TSH. O resultado foi que a *political mobilization* para reconhecer os direitos das pessoas traficadas foi gerida principalmente a nível institucional, com a circunspeção das organizações de base e sem o seu amplo e significativo envolvimento no planeamento e na implementação de medidas de luta contra o tráfico (ver também GRETA, 2013; Santos Neves e Pedra, 2012).

¹⁰ Em particular, a definição de crime de tráfico e dos direitos das pessoas traficadas foi sustentada pelas atividades realizadas, desde 2004, no âmbito do projeto CAIM – Cooperation, Action, Research, Worldview. O projeto, financiado pela Equal Community Initiative, costuma ser descrito como uma experiência crucial no desenho das políticas de prevenção e luta contra o tráfico elaboradas em Portugal desde 2007, através dos Planos Nacionais contra o Tráfico de Seres Humanos (PNCTSH) aprovados ao longo dos anos.

¹¹ Na realidade, o projeto CAIM promoveu um estudo (Santos et al., 2007). No entanto, a pesquisa foi concluída apenas em julho de 2007, depois da elaboração do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, adotado em junho de 2007, no meio do silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas.

Political consciousness e political mobilization foram caracterizadas pela falta de experiência direta com as pessoas traficadas e pela divulgação de uma ideia de vítimas e de tráfico como uma forma de violência contra as mulheres. Durante o primeiro seminário internacional sobre o tema, mencionado nas páginas anteriores, uma das organizações participantes declarou:

As mulheres que se prostituem são provenientes de bairros degradados, de casas sobrepopoadas, de famílias numerosas, de pais alcoólicos. Sofreram maus tratos, abandonos, violações, incestos. Passaram fome. Não se sentiram amadas. Trabalharam na infância a ajudar no campo, a “servir em casa alheia”, a cuidar dos irmãos mais novos. Não foram à escola e quando a frequentavam não tiveram sucesso e, quando o tiveram foi só até ao exame da 4.^a classe. Cresceram depressa... Namoraram cedo, engravidaram cedo e depois foram abandonadas (AA.VV., 2000: 143).

Ao nível institucional, o ator que promoveu o evento, a atual CIG, reconhecia que “frequentemente os conceitos de tráfico e de prostituição aparecem aí interligados. Essa ligação automática deveria ser evitada” (AA.VV., 2000: 170); contudo, a mesma argumentava que,

a prostituição como desfiguração da mulher reduzida ao status de objeto sexual, de mercadoria em um mercado mundial, deve e pode desaparecer [...]. A elaboração de um plano de ação é necessária para combater as pessoas que defendem a prostituição e a sua regulamentação, que têm projetos precisos e definidos e argumentos para baseá-lo e os meios para concretizá-lo (AA.VV., 2000: 190-191).

Estas leituras da prostituição e do tráfico pelos atores institucionais e pela sociedade civil têm desempenhado um papel estratégico no processo de *political recognition* da *victimhood* das pessoas traficadas e no desenvolvimento de políticas de luta contra o tráfico em Portugal. Nesse contexto de descrições dramáticas de histórias traumáticas e violentas de pessoas traficadas, foi feito um esforço para a consciencialização e para ajudar o país a adaptar-se às políticas internacionais e da UE sobre o assunto. Narrativas de abuso e sofrimento, que muitas vezes identificam a prostituição com o tráfico – ou seja, como um mal – alimentaram a “cruzada moral” (Weitzer, 2007) e a responsabilidade pública e política portuguesa sobre o tema.

Um debate amplo sugere prudência em relação a imagens que não refletem as complexas trajetórias sociais e económicas dos migrantes que trabalham em setores de baixos rendimentos, particularmente das mulheres no mercado do sexo (ver, por exemplo, Andrijasevic, 2010; Brennan, 2004; Mai, 2013). No entanto, após mais de dez anos, persistem imagens estereotipadas e desempoderantes de imigrantes traficados e das suas experiências de tráfico, mesmo em Portugal. Tais imagens contribuem para negar qualquer agência das pessoas traficadas, mesmo entre as organizações mais envolvidas na proteção dessas pessoas e que – com uma certa cautela política e um pouco de apreensão financeira – interpretam o tráfico como uma forma de exploração laboral ligada a políticas de migração rígidas (ver, por exemplo, Agustin,

2007; Andrijasevic, 2010; Doezema, 2010; Kempadoo e Doezema, 1998). O encontro com alguns representantes dessas organizações confirmou uma resistência à possibilidade de realizar pesquisas com pessoas traficadas devido a uma relutância por parte dessas mesmas pessoas ou por uma atenção especial aos seus interesses como “vítimas” (ver também Alvim, 2013). Mais uma vez, o resultado é a ausência persistente de uma estratégia para incluir as pessoas traficadas no processo de construção de sua *victimhood* ou em qualquer investigação que lhes diga respeito.

Enquanto isso, apenas as pessoas traficadas que aderem a narrativas simplistas de sofrimento e abuso extremos provavelmente se identificarão ou serão identificadas como “vítimas”. Não considerar o custo real da migração, as necessidades esperadas ou as aspirações consumistas e hedonistas dos próprios migrantes traficados não facilita o que Jacoby define como *ideological concurrence* das pessoas traficadas e dos funcionários da polícia e da migração. O número reduzido de “vítimas confirmadas” em Portugal, em particular das mulheres migrantes traficadas para exploração sexual, parece ter em conta, em primeiro lugar, a possibilidade de “vitimização completa” das mulheres que vendem sexo (Doezema, 2000). Nas palavras de um representante dos OPC:

A vida ensinou-lhes a sobreviver e a serem espertas, não é? Mas depois não querem porque não querem compromisso, depois não querem aparecer nos tribunais, depois vão-se embora e depois já não querem ser vítimas, querem desistir de tudo. Porque, se calhar, já vêm com um pressuposto diferente. [...] Temos quase que andar com acompanhamento constante às vítimas para elas não desaparecerem e para colaborarem com a justiça. São mais difíceis. Não querem estar em lado nenhum, querem-se ir embora. E depois precisam de ganhar dinheiro, está a perceber? E depois temos aqui outras componentes, porque aquele classicismo da vítima, pronto, pode haver uma ou outra, realmente, com condições muito difíceis, mas quem vinha, por exemplo, as prostitutas, as senhoras, vítimas brasileiras, vinham da prostituição do Brasil e vinham para aqui para melhorar as condições de vida, não é? Sim senhora, continuar a prostituir-se, mas para ganhar com outra capacidade económica que não tinham no Brasil.

Como sugerem as palavras do meu interlocutor, as migrantes traficadas na indústria do sexo podem não corresponder facilmente à imagem da vítima “inocente” (Kempadoo e Doezema, 1998), “ideal” (Christie, 1986; Hoyle et al., 2011). O reconhecimento formal da identidade de vítima de uma pessoa traficada pode não constituir uma estratégia construtiva para essas mulheres. Ao mesmo tempo, essas mulheres não são facilmente consideradas vítimas dignas no julgamento penal contra os traficantes. As migrantes traficadas no mercado do sexo não são vítimas meritórias, e a justaposição da “vítima perfeita” (Uy, 2011) à vítima real marca a fronteira entre cidadãos e não cidadãos (Andrijasevic, 2007).

O processo de identificação de pessoas traficadas, caracterizado também em Portugal pela apropriação de um discurso humanitário dentro de um discurso centrado na segurança das

fronteiras nacionais, contribui para uma melhor compreensão do silêncio ensurdecedor das pessoas traficadas na investigação e nos dados. A identidade de “vítima” pode ter sido estrategicamente importante para aumentar a consciência; no entanto, existem limitações colocadas por esse tipo de identificação. Processos alternativos de identificação dos migrantes traficados como sujeitos ativos com trajetórias complexas podem contribuir para a sua sinalização e identificação, para a sua presença na investigação e nos dados e, em última instância, para o desenvolvimento de melhores estratégias de assistência.

Conclusões

A necessidade urgente de Portugal alinhar com as leis e políticas internacionais e europeias de luta contra o tráfico tem estimulado a investigação sobre este assunto. No entanto, o conhecimento sobre o tema permanece limitado às estatísticas produzidas a nível governamental e alimentadas pela polícia. A reflexão crítica e a pesquisa empírica com pessoas traficadas, com traficantes e outros atores são ainda uma exceção. Essas limitações têm como resultado uma descrição macrossociológica do problema, na qual as diferentes subjetividades permanecem numa posição subordinada.

Uma análise atenta da literatura sugere a necessidade de um maior esforço para conhecer o TSH em Portugal através de uma pesquisa qualitativa aprofundada, com uma atenção focada nos vários atores envolvidos. Uma atenção particular deveria ser dada a uma descrição microssociológica do problema, que, em resposta às sugestões estimuladas por reflexões internacionais (ver, por exemplo, Weitzer, 2014) e pelas próprias disposições dos Planos de Ação Nacionais portugueses contra o TSH, poderia fornecer uma visão mais rica sobre este tráfico. Uma atenção especial deveria ser dada ao caso dos nacionais portugueses explorados no país ou nos Estados vizinhos.

Após quase dez anos da construção do sistema atual de assistência e apoio às vítimas e de luta contra o tráfico, as condições para uma reflexão crítica sobre a experiência realizada podem ser amadurecidas. A experiência recente sobre o complexo problema do TSH exigiu a construção recíproca de uma identidade tanto da “vítima” quanto dos interlocutores que prestam assistência. Uma maior participação dos vários atores neste campo, como as diferentes organizações com experiência com profissionais do sexo, e a natureza independente da investigação poderiam favorecer a reflexão crítica sobre as políticas atuais de luta contra o tráfico, tal como sobre as práticas de assistência e as experiências de reintegração das pessoas traficadas. A participação dos sujeitos do estudo e a natureza independente da pesquisa podem favorecer uma reflexão crítica sobre a atual política de combate ao tráfico e o pleno reconhecimento de uma vítima de tráfico em Portugal. Estreitamente ligada com estas perspectivas de pesquisa, está a oportunidade

de a investigação sobre o tráfico se traduzir em propostas concretas capazes de influenciar as políticas.

Nenhum destes aspetos deve ser considerado distinto da necessidade urgente de a investigação moldar a sua agenda e aumentar a colaboração e as alianças com os vários atores do contexto político e social português. A investigação sobre este tema, até agora financiada principalmente por órgãos governamentais, através de numerosos programas de financiamento europeus, também enfrenta o desafio da independência dentro do diálogo. Não é menos exigente o diálogo dentro da independência: estarão os organismos governamentais portugueses e as ONGs prontos para apoiar a pesquisa sobre questões relacionadas com o TSH fora dos programas e projetos que eles gerenciam diretamente?

Entre outras coisas, existe uma necessidade urgente por parte da investigação de reflexão sobre a metodologia, os métodos de recolha de dados e os dilemas éticos que, em Portugal, foram apenas parcialmente objeto de uma reflexão partilhada e apenas em casos excecionais. Este aspeto poderia ajudar a promover a construção de estratégias mais apropriadas de investigação sobre o tráfico sem limitar as possibilidades de realizar pesquisas e produzir conhecimento.

Agradecimentos

Este texto foi possível graças ao financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) portuguesa do projeto de pós-doutoramento "Trafficking of women for sexual exploitation in Portugal. A qualitative study of trafficked women, trafficking experiences and measures of assistance" (ref. SFRH/BPD/93923/2013), ancorado no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) através do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). Este artigo é uma versão revista e adaptada de um texto precedente da autora (ver Clemente, 2017b).

Referências Bibliográficas

- AA.VV. (2000). Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres. Actas do (01) Seminário Internacional. Porto: CIDM.
- AA.VV. (2007). Headway - improving social intervention systems for victims of trafficking project. Warsaw: Noktus.
- Alvim, Filipa (2013). "Só Muda a Moeda": representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual em Portugal. Lisboa: ISCTE-IUL. Tese de doutoramento.
- Andrijasevic, Rutvica (2007). Beautiful Dead Bodies: Gender, migration and representation in anti-trafficking campaigns. *Feminist Review*, 86, 1: 24-44.
- Andrijasevic, Rutvica (2010). Migration, agency and citizenship in sex trafficking. New York: Palgrave Macmillan.
- Agustin, Laura M. (2007). Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry. London: Zed Books.
- Barry, Kathleen (1979). Female sexual slavery. Englewood Cliffs NJ: Prentice Hall.
- Bordonaro, Lorenzo; Alvim Filipa (2011). Tráfico de mulheres em Portugal: a construção de um problema social. In Pedro Gabriel Silva et al. (eds.), *Etnografia e intervenção social. Por uma praxis reflexiva* (61-83). Lisboa: Colibri.
- Brennan, Denise (2004). What's Love Got to Do with It? Transnational desires and sex tourism in the Dominican Republic. Durham and London: Duke University Press.
- Campbell, Rebecca (1998). The community response to rape: Victims' experiences with the legal, medical, and mental health systems. *American Journal of Community Psychology*, 26, 3: 355-379.
- Christie, Nils (1986). The Ideal Victim. In Ezzat A. Fattah (ed.), *From Crime Policy to Victim Policy* (17-30). London: Macmillan.
- Clemente, Mara (2017a). Cidadãos portugueses traficados, OEm Fact Sheets, 5, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.
- Clemente, Mara (2017b). Human trafficking in Portugal: an ethnography of research and data. *Studi Emigrazione*, LIV+, 208: 663-686.
- Couto, (2012). Tráfico de seres humanos: Perceções sociais, percursos de vitimização e de sobrevivência. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- Doezema, Jo (2000). Loose women or lost women? The re-emergence of the myth of white slavery in contemporary discourses of trafficking in women. *Gender issues*, 18, 1: 23-50.
- Doezema, Jo (2010). Sex slaves and discourse masters: The construction of trafficking. London: Zed Books.
- Dragiewicz, Molly (2014). Global human trafficking: Critical issues and contexts. New York: Routledge.
- EUROSTAT (2013). Trafficking in human beings. Luxembourg: European Commission.
- EUROSTAT (2015). Trafficking in human beings. Luxembourg: European Commission.
- Global Alliance Against Traffic in Women (2007). Collateral Damage: The impact of Anti-Trafficking Measures on Human Rights around the World. Bangkok: GAATW.
- Gozdziak, El bieta M.; Bump, Micah N. (2008). Data and research on human trafficking: bibliography of research-based literature. Washington DC: Georgetown University.
- Gozdziak, El bieta M. (2014). Empirical Vacuum: In Search of Research on Human Trafficking. In Rosemary Gartner and Bill McCarthy (eds.), *The Oxford Handbook on Sex, Gender, and Crime* (613-634). New York: Oxford University Press.
- Gozdziak, El bieta M. et al. (2015). Bibliography of research-based literature on human trafficking: 2008-

2014. Washington DC: Georgetown University.

GRETA (2013). Report concerning the implementation of the Council of Europe Convention on action against trafficking in human beings by Portugal. Strasbourg: Council of Europe.

Hoyle Carolyn; Bosworth Mary; Dempsey, Michelle (2011). Labelling the Victims of Sex Trafficking: Exploring the borderland between rhetoric and reality. *Social & Legal Studies*, 20, 3: 313-329.

IOM (2008). Human trafficking: new directions for research. Geneva: IOM.

Jacoby, Tami Amanda (2015). A theory of victimhood: politics, conflict and the construction of victim-based identity. *Millennium: Journal of International Studies*, 43, 2: 511-530.

Jeffreys, Sheila (1997). The idea of prostitution. North Melbourne: Spinifex.

Kelly, Elizabeth (2002). Journeys of jeopardy: a review of research on trafficking in women and children in Europe. Geneva: IOM, Migration Research Series, 11.

Kempadoo, Kamala; Doezema, Jo (1998). Global sex workers: rights, resistance, and redefinition. New York: Routledge.

Laczko, Frank; Gozdzial, El bieta M. (2005). Data and research on human trafficking: a global survey. Geneva: IOM.

Lee, Maggy (2011). *Trafficking and Global Crime Control*. London: Sage.

Mai, Nick (2013). Embodied Cosmopolitanisms: The subjective mobility of migrants working in the global sex industry. *Gender, Place and Culture*, 20, 1: 107-124.

Manita, Celina; Oliveira Alexandra (2002). Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos. Porto: CIDM.

Matos, Marlene; Maia, Ângela (coordenação) (2015). Tráfico de pessoas e tramitação criminal. Lisboa: CIG.

Monteiro, Rosa (2013). Feminismo de Estado Emergente na Transição Democrática em Portugal na Década de 1970. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 56, 4, 841-866.

Neves, Ana Sofia Antunes das (2011). Women trafficking for sexual exploitation in Portugal: life narratives. *International Journal of Humanities and Social Science*, 1, 17: 186-192.

Pateman, Carole (1988). *The sexual contract*. Cambridge: Polity Press.

Peixoto João et al. (2005). O tráfico de migrantes em Portugal. Perspectivas sociológicas, jurídica e políticas. Lisboa: ACIME.

Piscitelli, Adriana (2013). *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: UERJ.

Ribeiro, Manuela; Silva, Manuel C.; Schouten, Johana; Ribeiro Bessa, Fernando; Sacramento, Octávio (2005). Prostituição feminina em regiões de fronteira: actores, estruturas e processos. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Ribeiro, Manuela; Silva, Manuel C.; Schouten, Johana; Ribeiro Bessa, Fernando; Sacramento, Octávio (2007). *Vidas na raia: prostituição feminina em regiões de fronteira*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1991). State, wage relations and social welfare in the semiperiphery: the case of Portugal. Coimbra: Oficina do CES.

Santos, Boaventura de Sousa et al. (2007). Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual. Coimbra: CES/CAIM.

Santos, Elizabeth (2014). Tráfico de seres humanos e mendicância forçada: the third sector against pushed begging. Relatório nacional-Portugal. Porto: EAPN.

Santos Neves, Miguel; Pedra, Cláudia (2012). A Proteção dos direitos humanos e as vítimas de tráfico de Pessoas. Rotas, métodos, tipos de tráfico e setores de atividade em Portugal. Lisboa: IEEI.

Silva, Manuel Carlos; Ribeiro, Fernando Bessa; Granja, Rafaela (2013) Prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Prior Velho: Letras Paralelas,.